

Circular nº 252/2025

Brasília (DF), 4 de junho de 2025.

Às seções sindicais, às secretarias regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN

Assunto: Envia relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Seguridade Social/
Assuntos de Aposentadoria (GTSSA).

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), realizada no dia 17 de maio de 2025, na sede do ANDES-SN, em Brasília (DF).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Alexandre Galvão Carvalho
2º Secretário

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE SEGURIDADE SOCIAL/ASSUNTOS DE APOSENTADORIA (GTSSA)

SEDE DO ANDES-SN, EM BRASÍLIA (DF) - 17 DE MAIO DE 2025

17/05/2025 (Sábado) – Das 9h às 13h

Coordenação da reunião: Ana Paula Salvador Werri (2ª Vice-Presidenta Regional Pantanal), Maria Lúcia Lopes da Silva (3ª Vice-Presidenta) e Michele Schultz Ramos (1ª Vice-Presidenta Regional São Paulo).

Mesa Coordenadora:

Coordenação: Ana Paula Salvador Werri.
Relatoria: Michele Schultz Ramos.

Representantes das seções sindicais: Ana Carolina Galvão (ADUFES), Bernadete Gomes Miam (ADUFES), Bruno Chapadeiro Riberio (ADUFF), Veronica Silva Fernandez (ADUFF), Elen Lucia Marcal de Carvalho (ADUFPA), Antônio Kelson Vieira da Silva (ADUFPI), Maria do Socorro Solano de Andrade Oliveira (ADUFPI), Gracinete Bastos de Souza (ADUFS-BA), Luciana de Amorim Nobrega (ADUR-RJ), Regina Cohen Barros (ADUR-RJ), Angélica Conceição Dias Miranda (APROFURG), Jadir Camargo Lemos (SEDUFMS), Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA) e Edson Franco de Moraes (ADUFPB).

Pauta:

1. Informes;
 - 1.1 Informes da Diretoria;
 - 1.2 Informes das Seções Sindicais;
2. Atualização da conjuntura;
3. Balanço da campanha FUNPRESP: garantia de incertezas;
4. Apresentação dos dados parciais da Enquete sobre condições de trabalho e saúde docente;
5. Planos de luta e Encaminhamentos.

1. INFORMES;

1.1. Informes da Diretoria (Lucia Lopes – parte de previdência; Michele Schultz parte de Saúde);

Os informes foram organizados por tópicos, na seguinte sequência:

➤ **Reenquadramento /Reposicionamento.**

Desde 2023, consta da pauta de reivindicação junto ao MEC (Carta nº 513/2023). Foi objeto de negociação na greve no acordo de Greve da seguinte forma:

No Termo de Acordo nº 10/24, na cláusula 5º, alínea b, consta a “criação de Grupos de Trabalho para tratar das demandas [...] reenquadramento de aposentadas(os); entrada lateral (entrada e reposicionamento na carreira); [...]”

Na Carreira do Magistério Federal, com esse objetivo, já foram realizadas duas reuniões do Grupo de Trabalho, uma de abertura, dia 23 de outubro de 2024, e a segunda, no dia 13 de fevereiro de 2025, com representantes das entidades sindicais da educação federal e técnicas(os) do MEC e MGI. Não houveram avanços significativos. O MEC e o MGI não haviam feito projeções de investimentos.

A Diretoria encaminhou à SESU/MEC a carta ANDES-SN nº 004, de 22 de janeiro de 2024 (Anexo 1), reiterada pela carta nº 016/2024, de 6 de março de 2024 (anexo 2), solicitando um conjunto de dados e informações sobre as seguintes situações:

a) Docentes que se aposentaram como adjunto IV entre 1987 (Plano de Carreira PUCRE – Lei nº 7.596/87) e abril de 2006 (Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006), que criou a classe de associado após a classes de Adjunto;

b) Docentes que se aposentaram como associado 4 entre setembro de 2006 e dezembro de 2012, quando foi criada a classe de titular (Lei nº 12.772/2012). Até 13 de fevereiro, o MEC não havia respondido. Levamos o protocolo à reunião do GT e, no dia 21/02/25, por meio do ofício nº 64/2025, o MEC nos enviou os dados solicitados.

Vale destacar que os dados se referem a 474 docentes aposentadas(os) como Associado IV no intervalo solicitado (2006 a 2012) e 9.158 docentes aposentadas(os) como Adjunto IV (1987-2006), ambas as situações com posição de janeiro de 2025. Estes dados foram encaminhados ao DIEESE no dia 27/02, para uma análise preliminar e projeção de custos, por meio da solicitação nº 02/DIEESE, da encarregada de assuntos de aposentadoria. (Anexo 3).

Solicitação complementar encontra-se em elaboração (Falta melhor especificar os dados de EBTT que serão necessários).

➤ **Solicitação e realização de audiência com Secretário de RPPS e Previdência Complementar no dia 23 de abril de 2025.**

Por meio da Carta nº 104/2025, de 7 de março de 2025 (Anexo 4), solicitamos audiência com Secretário de Previdência Complementar, reafirmando a defesa da aposentadoria integral com paridade e fim da contribuição de aposentadas(os) e pensionistas e reivindicando:

- Fim da adesão automática, mediante revogação da Lei nº 13.183/2015. (Nossa argumentação baseou-se no caráter facultativo dos fundos de pensão, com base no art. 202 da CF c/c art. 40, § 14, 15 e 16).

- Devolução facilitada e imediata dos valores investidos, devidamente corrigidos, a partir da data de desistência de adesão ao fundo, sem prazo pré-estabelecido para que a desistência aconteça e sem qualquer outro condicionante para a adesão.

A posição do Representante da Secretaria foi refratária ao reivindicando dizendo que “não acreditava mais em um retorno de aposentadoria integral, que esse seria um modelo ultrapassado e que o presente e o futuro são de uma previdência pública combinada com a previdência privada”. Afirmou que o Ministério não iria se envolver no debate sobre o fim da contribuição de aposentadas(os) e pensionistas, nem no Supremo, nem na Câmara, em relação aos processos em curso; Informou sobre a Resolução nº 60 do CNPS/MPS, de 7 de fevereiro de 2024 (Anexo 5), que estende a adesão automática às demais entidades fechadas de previdência complementar.

- **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5502, de 2016, de autoria do PSOL, na qual o ANDES-SN é Amicus Curiae, que trata da inconstitucionalidade da Lei nº 13.183/2015.**

Fundamentação art. 202 CF c/c art. 40, § 14,15 e 16.

Está concluída para votação desde 18 de abril de 2024, sob responsabilidade do Ministro Nunes Marques e com previsão de votação de 23 a 30 de maio em plenário virtual.

AJN/ Andes fara sustentação oral reafirmando a Inconstitucionalidade.

A votação poderá ser acompanhada virtualmente.

- **PL nº 6088 de 2016 – trata de alterar a lei 12.6012/ 2012 para permite que planos de benefícios estaduais, distritais e municipais possam ser administrados pelo FUNPRESP Exe. e a Lei nº 9717 de 1998 (RPPS) para tratar sobre emissão de certificado de regularidade previdenciária – CRP.**

Há interesse do governo federal, dos estados e municípios em retomar essa pauta do FUNPRESP, dado ao elevado custo da gestão administrativa dos fundos isoladamente.

É preciso ficar alerta para os desdobramentos.

Sobre a alteração da Lei nº 9717, de 1998 (que trata de RPPS), para tratar sobre emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) pelo Ministério da fazenda da União, já existe um decreto que trata do assunto, a proposta é atribuir força de Lei a essa situação e revogar o atual Decreto 37.88/2001.

O debate sobre o artigo 40-A da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2020, volta no congresso Nacional.

Esse artigo previa a aplicação das mesmas regras de previdência da União (EC nº 103/2019) aos regimes próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo estas regras serem ainda mais duras em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial.

Após grande pressão das entidades representativas de servidoras(es) públicas(os), o artigo foi excluído na Comissão de Constituição e Justiça, ficando a critério dos Estados e Municípios essa situação.

Todavia, neste mês de abril de 2025, o debate voltou, pois a possibilidade de pautar o tema no plenário reacendeu a discussão pelas(os) parlamentares. É preciso continuar mobilizadas(os) sobre a situação.

- **O DECRETO 10.620/2020, que trata da transferência de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões das autarquias e fundações para o INSS, foi suspenso até dezembro de 2024 – fruto das negociações da Mesa Nacional de Negociação em 2023.**

O governo poderia prorrogar essa suspensão até dezembro de 2025, por meio de normas internas do MGI, o que ainda não ocorreu.

Na sexta-feira, dia 10 de maio, tomou-se conhecimento de que o governo havia enviado um PL para a Câmara, sem qualquer debate com o movimento, propondo uma nova entidade gestora única para os RPPS.

As entidades ainda não tiveram acesso ao PL.

É preciso resistir a essa iniciativa.

- **Segunda Etapa da Enquete sobre Condições de Trabalho e Saúde Docente.**

Fim da coleta de dados da enquete em 18 de fevereiro de 2025. Envio dos dados das 110 seções sindicais e estamos em fase de análise dos dados, com o propósito de apresentação no Seminário Nacional.

- **Participação do ANDES-SN nas lutas em defesa do SUS.**

O ANDES-SN compõe a Frente Nacional contra Privatização da Saúde (FNPS), a partir da qual tem fortalecido as lutas contra a privatização dos Hospitais Universitários. Participou também da organização da Conferência livre de saúde.

1.2. Informes das Seções Sindicais (os informes foram recepcionados e transcritos conforme enviados pelas seções sindicais, sem alterações).

ADUFES

Adufes foi a seção com maior participação na enquete nacional sobre condições de trabalho e saúde docente, março 17, 2025. <https://wp.adufes.org.br/2025/03/adufes-foi-a-secao-com-maior-participacao-na-enquete-nacional-sobre-condicoes-de-trabalho-e-saude-docente/>. Atividade "Teletrabalho no serviço público no marco do avanço da precarização laboral", com Luci Praun, será nesta quinta-feira, 15. maio 12, 2025. <https://wp.adufes.org.br/2025/05/atividade-teletrabalho-no-servico-publico-no-marco-do-avanco-da-precarizacao-laboral-com-luci-praun-sera-nesta-quinta-feira-15/>. Grande participação de docentes da Ufes na enquete nacional "Condições de Trabalho e Saúde Docente", do Andes-SN, aponta para necessidade de ações coletivas na universidade, maio 14, 2025. <https://wp.adufes.org.br/2025/05/grande-participacao-de-docentes-da-ufes-na-enquete-nacional-condicoes-de-trabalho-e-saude-docente-do-andes-sn-aponta-para-necessidade-de-acoes-coletivas-na-universidade/>. Conferência no auditório do IC2 no dia 28 de maio ajudará a construir soluções coletivas para as questões da saúde no trabalho docente na Ufes. maio 16, 2025. <https://wp.adufes.org.br/2025/05/conferencia-no-auditorio-do-ic2-no-dia-28-de-maio-ajudara-a-construir-solucoes-coletivas-para-as-questoes-da-saude-no-trabalho-docente-na-ufes/>

ADUFS-BA:

- A discussão que o Fórum das Ads está fazendo sobre a previdência dos docentes e as investidas do estado, inclusive, foi feito um histórico da assessoria jurídica de algumas ADs para subsidiar a atualização de uma cartilha sobre a temática que foi divulgada no passado;
- O encontro de aposentados realizado pela Adufs/Gtssa; existiu uma animação de parcela deste em dar prosseguimento aos eventos e a preocupação com as investidas contra os aposentados;
- O GTSSA local participa de uma comissão na UEFS que elaborou uma minuta de política de saúde do trabalhador da Uefs e a mesma está na administração para debate;
- O Fórum de Saúde de e segurança do trabalho da UEFS fez várias discussões acerca da necessidade de a UEFS ter um formulário de registro dos afastamentos por acidentes do trabalho; que nosso GTSSA participa e ajuda a construir;
- A junta médica do estado está negando a contagem da insalubridade para efeito de aposentadoria com PPPs (Perfil Profissiográfico Previdenciário) e laudos feitos à revelia do ambiente de trabalho e feito pela Junta médica. Assessoria jurídica vai discutir a situação com GTSSA local.

APROFURG:

Parabenizamos pela forma como os dados foram enviados às instituições. Relatamos dificuldade na reunião de pessoas. Nas reuniões ocorridas pelo GTSSA, falamos de saúde, produtividade e conscientização. Divulgamos a enquete sobre saúde mental realizada pelo ANDES diversas vezes. Foram 74 respostas. Com a finalidade de agrupar mais pessoas, decidiu-se por reunir pautas comuns no GTPFS, GTSSA e GTC&T. Os participantes deliberaram que falar sobre saúde mental, seguridade social está interligado com outras temáticas. Desta forma, foi proposto um conjunto de atividades online e presenciais, programadas para começar no mês de agosto de 2025 culminando com a atividade final no mês de novembro de 2025. Dentro das ações propostas, estão previstas rodadas de discussão e a elaboração de documento que possa registrar o que foi debatido e disponibilizar à comunidade. Registramos a defesa de dissertação Absenteísmo: um estudo sobre a incidência da Síndrome de Burnout em servidores de uma universidade federal do Sul do Brasil, no Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/123456789/12891>

ADUFF/SSind:

Última reunião do GT local realizada em 27 de março de 2025 onde foram discutidos e encaminhados os seguintes assuntos: estudo do Plano de Lutas do ANDES-SN e planejamento das ações do GT para o ano de 2025; gestão dos HUs; enquete sobre condições de trabalho e saúde docente.

Encaminhamentos de tarefas do GT local:

- Elaborar formação em Saúde do/a Trabalhador/a com base nos resultados da primeira fase da enquete;
- Cobrar da gestão universitária, a partir da ADUFF, a adoção de políticas mais eficazes de atenção à saúde de seus trabalhadores. Atualmente, as ações dos espaços existente na UFF (CASQ e DPVS) são predominantemente em saúde ocupacional (licenças médicas e atendimento clínico) e ações pontuais sobre promoção à saúde;
- Programar mais debates junto à categoria sobre a campanha do FUNPRESP – Garantia de incertezas. Observamos que muitos colegas adiam o pedido de aposentadoria para evitar perdas remuneratórias e como o abono permanência funciona como incentivo financeiro para quem já pode se aposentar.
- Realizar planejamento das ações do GT de forma contínua, dividido por semestres, para assegurar a continuidade das atividades do GT.
- Realizar reuniões e atividades de trabalho por eixos: saúde e previdência.
- Constituímos subgrupos responsáveis por planejar e executar as atividades correspondentes a cada tema.

2. Atualização da conjuntura

Exposição: Maria Lúcia Lopes da Silva (Coordenação GTSSA)

Na atualização da conjuntura internacional foram destacados dois pontos centrais:

a) a crise estrutural do capital, que se manifesta em forma de barbárie, refletida no aprofundamento das desigualdades sociais, no desemprego maciço e prolongado, na queda da renda salarial, na superexploração da classe trabalhadora, esgotamento de reservas minerais e danos profundos aos diversos biomas, que comprometem o meio ambiente e civilização;

b) as disputas interimperialista pelo redesenho geopolítico do mundo. Uma disputa que se manifesta, sobretudo, por meio da guerra entre a Ucrânia e a Rússia, que envolve outras potências; do bárbaro genocídio do povo palestino e das guerras localizadas na África. As guerras fazem surgir grandes multidões em fuga permanente dos conflitos. A guerra comercial iniciada por Donald Trump coloca na ordem do dia, a possibilidade de uma depressão econômica. Suas medidas imperialistas, centrada na perspectiva da extrema-direita, fortalecem essa corrente de pensamento, também representada por Javier Milei, Le Pen e outras lideranças no mundo, que têm avançado em projeto ultraneoliberal de desmonte dos direitos sociais. Embora haja reações da classe trabalhadora organizada em diversos países, a luta de classes apresenta uma correlação de forças desfavorável à classe trabalhadora. Isso exige o fortalecimento do movimento internacional da classe trabalhadora.

No Brasil, as políticas de austeridade têm sido recrudescidas e provocado a perda de muitos direitos da classe trabalhadora, como a redução do abono salarial para as(os) que ganham até 1,5 salário mínimo, as mudanças nas regras de acesso ao BPC, cortes continuados nos recursos da educação, entre outros. Além disso, têm ameaçado outros direitos como os mínimos constitucionais para a educação e saúde. O chamado novo arcabouço fiscal (LC nº 200/2023) tem direcionado parte expressiva do orçamento da União para a dívida pública, amarrado o governo aos interesses rentistas, ao mesmo tempo em que assegura a poupança das(os) mais ricas(os) e reduz os investimentos em direitos sociais e políticas públicas. As fraudes recentes no INSS, que afetam diretamente mais de 9 milhões de seguradas(os), com confiscos de parcelas de seus benefícios por descontos não autorizados, têm profunda conexão com as políticas de austeridade, na medida em que os convênios com as entidades fraudadoras decorrem dos desinvestimentos em contratação de pessoal no INSS e na melhoria da rede de atendimento ao público. Nesse sentido, é preciso fortalecer a luta contra as políticas de austeridades, em defesa dos direitos sociais, da apuração das fraudes no INSS de forma transparente, com os devidos ressarcimentos às(aos) que foram lesadas(os) e com a responsabilização das(os) culpadas(os). As propostas de popularização dos planos de saúde, com a possibilidade de apoio do governo a essas iniciativas, são mais uma demonstração do compromisso do

governo com o rentismo. A conjuntura exige lutas articuladas da classe trabalhadora. Cabe ao ANDES-SN fortalecê-las.

Outras intervenções.

As(os) inscritas(os) para debater no ponto "Análise de Conjuntura" concordaram ou não apresentaram divergência com a análise da coordenação e destacaram as seguintes questões: há uma forte preocupação com o processo organizativo da categoria, ao evidenciar uma retração das lutas da classe trabalhadora. Nota-se uma certa fragmentação das lutas e uma certa apatia da categoria, causadas por inúmeros fatores, destacando-se especialmente as novas formas de organização dos métodos e processos de trabalho, que subordina o trabalho docente ao produtivismo e à lógica gerencialista. Essas alterações estão provocando o esvaziamento da universidade, o adoecimento das(os) profissionais, a alteração do perfil das(os) novas(os) professoras(es) e a perda da necessidade de projetos e lutas coletivas em detrimento do trabalho individual pela busca de solução dos problemas (inclusive remuneratórios).

Estes fatores têm se refletido na esfera sindical, dificultando a renovação das lideranças, esvaziando os espaços participativos do sindicato e fragilizando os processos de mobilização. Registrou-se a dificuldade das seções sindicais em montar chapas para disputar eleições, bem como sobre os problemas financeiros para a manutenção das atividades e participação na programação nacional do ANDES-SN.

Desta forma, o debate caminhou por enfatizar a necessidade de ampliação das campanhas de sindicalização e de busca de novas estratégias de mobilização da base, visando fortalecer a participação nas atividades sindicais, inclusive para enfrentar a concepção de sindicalismo de resultados, que tem utilizado de estratégias que despolitizam o processo de adesão da categoria, a partir de oferecimento de convênios e descontos em mensalidades das(os) sindicalizadas(os).

A austeridade que enfrenta a categoria é identificada como resultado da contínua apropriação do fundo público pelo capital. Contudo, entende-se que o arcabouço fiscal na regulação das contas públicas faz esse processo se aprofundar, sem perspectiva de alteração das perdas orçamentárias e crescente desinvestimento nas políticas públicas e da estrutura de serviços do Estado, especialmente na educação.

Este cenário torna mais dramático o planejamento das(os) docentes para sua aposentadoria, que, a partir das contrarreformas da previdência, tiveram perdas gigantes de direitos. Outra questão destacada foi o projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados que pretende extinguir o abono de permanência das(os) servidoras(es) federais.

17/05/2025 (Sábado) – Das 14h30 às 18h30

Mesa Coordenadora:

Coordenação: Michele Schultz Ramos.

Relatoria: Ana Paula Salvador Werri.

Convidados: Amanda Moreira (ASDUEJ) e Gilberto Grassi Calil (1º Vice-presidente Regional Sul).

Representantes das seções sindicais: Ana Carolina Galvão (ADUFES), Bernadete Gomes Miam (ADUFES), Bruno Chapadeiro Riberio (ADUFF), Veronica Silva Fernandez (ADUFF), Elen Lucia Marcal de Carvalho (ADUFPA), Antônio Kelson Vieira da Silva (ADUFPI), Maria do Socorro Solano de Andrade Oliveira (ADUFPI), Graciete Bastos de Souza (ADUFS-BA), Pedro Henrique Antunes Costa (ADUNB), Luciana de Amorim Nobrega (ADUR-RJ), Regina Cohen Barros (ADUR-RJ), Angélica Conceição Dias Miranda (APROFURG), Jadir Camargo Lemos (SEDUFMS), Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA), Edson Franco de Moraes (ADUFPB) e Amanda Moreira (ASDUEJ).

3. Balanço da campanha FUNPRESP: garantia de incertezas;

Exposição: Maria Lúcia Lopes da Silva (Coordenação GTSSA)

A apresentação da coordenação do GTSSA seguiu o seguinte roteiro: Fundamentos e Organização da campanha; Lançamento e peças publicitárias; Estratégias de Desenvolvimento; Atividades Realizadas: no âmbito nacional do ANDES-SN, junto às seções sindicais, junto ao governo; articuladas a outras entidades sindicais; junto ao Parlamento; próximos passos. Assim, de forma resumida, apresentou-se um balanço preliminar da campanha, ressaltando-se, os seguintes aspectos:

- Sob o capitalismo contemporâneo, os fundos de pensão têm cumprido um papel relevante no constructo da mundialização financeira, sendo financiadores das dívidas públicas e participantes de vários investimentos comerciais, imobiliários e agropecuários, em empresas públicas e privadas;
- No Brasil, sob forte influência estatal, esses fundos de pensão têm atuado como investidores locais e como carta de apresentação dos governos para atrair investimentos estrangeiros, ajudando a compor a imagem de um país que possui poupança interna e credibilidade econômica;
- O aprofundamento das contrarreformas da previdência social no Brasil tem levado à expansão dos fundos de pensão, especialmente os fundos denominados “entidades de previdência complementar fechadas”;

- A Fundação de Previdência Complementar das(os) Servidoras(es) Públicas(os) Federais-FUNPRESP, aqui denominada simplesmente Fundo de Pensão FUNPRESP, teve criação autorizada pela Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012;
 - O FUNPRESP- Exe, direcionado para as(os) servidoras(es) públicas(os) federais do Poder Executivo, funciona desde 4 de fevereiro de 2013, por força do Decreto nº 7.808 de setembro de 2012;
 - É o fundo que mais cresce na atualidade;
 - Atualmente, são mais de 44 mil docentes participantes do FUNPRESP, isso representa mais de 40% do conjunto das(os) participantes do FUNPRESP. Em 2015, a adesão do(a) servidor(a) ao FUNPRESP foi automatizada no início do exercício. Se a(o) servidor(a) quiser desistir, deve fazê-lo em até 90 dias. Em caso de desistência após os 90 dias, a devolução do que foi investido é tardia e dificultosa;
 - Isso cerceia o direito de escolha livre e consciente e conduz o(a) servidor(a) para a adesão compulsória;
 - Em relação às(aos) docentes das IES, IMES e IDE, a situação é similar. Contrarreformas específicas foram realizadas e, desde 2024, foi retomado o debate sobre a extensão das rígidas regras da EC nº 103/2019 às(aos) servidoras(es) públicas(os) estaduais, municipais e distritais, com a possibilidade de endurecimento dessas regras em nome do “equilíbrio financeiro e atuarial” dos RPPS;
 - Foram criados fundos de pensão em todos os entes federados que possuíam RPPS e ainda não tinham fundos até a data da EC nº 103/2019;
 - Somente o Fundo do Estado de Roraima e o da cidade de São Luís(MA) foram criados e ainda não foram implementados;
 - Ademais, o decreto 10.620/2021, que transferiu a concessão e manutenção de aposentadorias e pensões das(os) servidoras(es) das autarquias e fundações para o INSS, provoca o desligamento das(os) aposentadas(os) de sua autarquia e fundação de origem.
- **As duras regras de contrarreforma atacaram, sobretudo, as aposentadorias e pensões, e criaram situação não isonômica no conjunto das(os) servidoras(es) públicas(os) de uma mesma carreira (as(os) que têm aposentadoria integral, as(os) que podem aposentar pelas 80 maiores contribuições e as(os) que se aposentarão pelo teto dos benefícios previdenciários. Tudo isso é para descaracterizar a aposentadoria pública e impor os fundos de pensão. Isso justifica a campanha.**

A campanha “FUNPRESP: Garantia de Incertezas” foi organizada voltada para o objetivo de atualizar o debate em torno da aposentadoria integral, com paridade, e o engodo dos fundos de pensão, com vista a cumprir diversas deliberações das instâncias do ANDES-SN, sobretudo:

65º CONAD, Vitória da Conquista -BA de 15 a 17 de julho de 2022;

“Realizar um seminário sobre os dez anos do FUNPRESP e das lutas que o ANDES-SN tem travado contra a privatização da previdência, como objetivo de balanço e atualização das campanhas sobre o tema FUNPRESP e a previdência complementar dos estados e municípios”;

67º CONAD, Belo Horizonte, de 26 a 28 de julho, de 2024;

“Retomar a campanha pela não adesão à FUNPRESP e às entidades com a mesma natureza e objetivo no âmbito dos estados e municípios, esclarecendo a categoria sobre os possíveis riscos e consequências dessa adesão e reforçando a luta pela aposentadoria com salário integral e paritário do funcionalismo público.”

- **Priorizar os debates sobre o eixo da campanha (aposentadoria integral, com paridade, no contraponto ao engodo dos fundos de fundos de pensão) nos espaços construídos nacionalmente e nas seções sindicais sobre o tema.**

Produzir poucos materiais, porém com consistência de informações, que possam funcionar como subsídio ao debate político-formativo junto às seções de forma mais duradoura (folder, apresentações e cartilha).

Atividades Realizadas:

- **No âmbito nacional do ANDES-SN**
 - ✓ Lançamento no 15º CONAD Extraordinário;
 - ✓ Centralidade do tema na III Jornada sobre aposentadoria (7 e 8 de novembro de 2024);
 - ✓ Inclusão do debate nas reuniões do GTSSA que ocorreram antes e após o lançamento (25 e 26 novembro de 2023; nos dias 9 e 10 novembro de 2024; no dia 17 de maio de 2025).
- **Articuladas a outras entidades sindicais**
 - ✓ Realização de reuniões com entidades sindicais do serviço público federal sobre o fim da contribuição de aposentadas(os) e pensionistas (dias 25 e 26 de novembro de 2023 e 4 de novembro de 2024);
 - ✓ Participação no Congresso do Sindfisco, no dia 6 de junho de 2024, para debater a aposentadoria integral e com paridade;

- ✓ Organização e realização da III jornada sobre aposentadoria nos dias 7 e 8 de novembro de 2024, com a participação das entidades Fasubra, Fenasps, Fenajufe, síndico, sinasefe, CSP conlutas e ANDES-SN, que contou com 204 participantes sendo 44 docentes da base do ANDES-SN, representando 40 seções sindicais.

▪ **Junto ao governo**

- ✓ Solicitação de dados detalhados pelo fala.br com base na lei de acesso à informação;
- ✓ Ações articuladas ao setor das federais nas negociações da MNNP, ex.: GT de reposicionamento, inclusão na pauta a revogação das contrarreformas, Revogação do Decreto 10.620/2020;
- ✓ Reunião com a Secretaria Geral da presidência da República para entrega do ofício nº 01/2024, dirigido ao Presidente Lula, juntamente com outras entidades sindicais, no dia 24 de janeiro de 2024, reivindicando revogação das contrarreformas, reajuste linear para as(os) servidoras(es) públicas(os) federais, e não aprovação do art. 40A da PEC 66/2023;
- ✓ Audiência com Ministério da Previdência Social e entrega das Cartas nº 307/2024, reivindicando revogação das contrarreformas da previdência no dia 7 de novembro de 2024;
- ✓ Audiência com Ministério da Educação e entrega da Carta nº 308/2024, reivindicando revogação das contrarreformas da previdência, no dia 7 de novembro de 2024;
- ✓ Audiência com Secretaria de Regimes Próprios e Previdência Complementar no dia 23 de abril de 2025, e entrega da Carta nº 104/2025, reafirmando a defesa da aposentadoria integral com paridade e fim da contribuição de aposentadas(os) e pensionista e, reivindicando:
- ❖ Fim da adesão automática, mediante revogação da Lei nº 13.183/2015;
- ❖ Devolução facilitada e imediata dos valores investidos, devidamente corrigidos, a partir da data de desistência de adesão ao fundo, sem prazo pré-estabelecido para que a desistência aconteça e sem qualquer outro condicionante para a adesão.

▪ **Junto ao Parlamento**

- ✓ Audiência Pública sobre contrarreforma Administrativa e seu impacto nas(os) servidoras(es) públicas(os), em 27 de novembro de 2023, Comissão de Legislação Participativa;

- ✓ Audiência pública na Comissão de Legislação Participativa sobre o fim da contribuição de aposentadas(os) e pensionistas, da qual o ANDES-SN participou, no dia 27 de junho de 2024, e defendeu o fim da contribuição de aposentadas(os) e pensionistas, sem escalonamentos;
- ✓ Foi entregue carta às(aos) parlamentares com a posição do ANDES-SN;
- ✓ Em 23 de junho de 2024, foi realizada reunião com a Deputada Sâmia Bomfim sobre estratégia acerca do fim da contribuição de aposentadas(os) e pensionista;
- ✓ Na III Jornada sobre Aposentadoria, a programação contou com debate sobre a corrosão dos direitos previdenciários das(os) servidoras(es) públicas(os), na sede do ANDES-SN, no dia 7 de novembro, pela manhã, com a presença das entidades (fenajufe, ANDES-SN, sindifisco, fenasps, sinasefe, fasubra e csc conlutas) e quatro parlamentares (Erika Kokay – PT; Luciene Cavalcante – Psol, Sâmia Bomfim – PSOL; Fabio Felix – PSOL), com transmissão ao vivo pelas redes sociais das entidades;
- ✓ Chuva de mensagens nos dias 27 e 28 de novembro de 2024, dirigidas às(aos) parlamentares em defesa da aposentadoria integral, com paridade - envio do panfleto não entregue durante a III Jornada sobre Aposentado.

▪ **Junto às seções sindicais**

Debates sobre aposentadorias e fundos de Pensão:

Adcesp (11.10.23), Apruma (21 e 22.03.24), Estaduais do Paraná (26.06.24), Adufac (29.11.24), Adufmat- Rondonópolis (12.07.24), Adufes (02.10.24), Adunir (29.05.24), Apug – Gurupi (08.10.24), Adufu 16.12.24 (palestra e podcast), Sinduece (25.09.24), Adufscar (duas entrevistas ao rádio, 11.24), Adusp 25 Adufg – Goiânia (12.03.25), Adufg – cidade de Goiás (3.03.25), Sesunila - (25.04.25) e AdusB – 10.05.25.

Próximos Passos Atividades Realizadas:

Elaboração da Cartilha; apresentação do balanço das lutas do ANDES-SN em defesa da aposentadoria integral, com paridade, e pela não filiação ao FUNPRESP; organização e realização dos seminários integrados nos dias 14 e 15 de junho de 2025.

Balanço inicial. A campanha favoreceu:

Ampliar o debate sobre os fundos de pensão e as contradições e riscos que representam; fortalecer a articulação com outras entidades do serviço público sobre a temática; conhecer a quantidade de participantes da categoria docente no âmbito do FUNPRESP, bem como o perfil desses participantes; maior aproximação sobre a realidade dos fundos estaduais, municipais e distrital na atualidade, após a EC 103 de 2019; ampliar a articulação com outras entidades do movimento sindical em defesa da

aposentadoria integral com paridade e integralidade; fazer interlocução com a sociedade sobre as condições da aposentadoria, a exemplo dos podcasts e dos atos de panfletagem como ocorreu na III Jornada; ampliar a participação da categoria nas reuniões do GTSSA; refletir mais sobre os riscos e incertezas que a proposta de fundo de pensão representam; desnudar os fundos de pensão como capital financeiro e não previdência; criar canais de articulação nas seções sindicais que envolveram aposentadas(os) e não aposentadas(os) no debate sobre a aposentadoria; pautar o tema nos meios de comunicação do ANDES-SN; despertar na categoria maiores interesses para compreender as formas de investimentos dos fundos e os riscos que isso nos impõe.

Debate sobre outras alternativas para além das lutas pela aposentadoria integral com paridade e integralidade, e pela revogação de todas as contrarreformas da previdência social. Explicitar a contrarreforma como um componente da política de austeridade dos governos;

Mostrar as contradições que a adesão aos fundos de pensão impõem à categoria: fortalecer a perspectiva de juros altos; alimentar a dívida pública brasileira e norte-americana; favorecer o redirecionamento do fundo público para o setor financeiro; compreender como os fundos de pensão favorecem aos capitais, maior exploração sobre as(os) trabalhadoras(es), quebra da isonomia e equiparação salarial entre ativas(os) e aposentadas(os), rebaixamento da renda das(os) trabalhadoras(es) ativas(os) e aposentadas(os), endividamento (58% segundo a primeira etapa da enquête realizada no ano passado, 2023; conhecer as(os) principais beneficiadas(os) com os recursos do FUNPRESP entre empresas.

4. Apresentação dos dados parciais da Enquete sobre condições de trabalho e saúde docente;

A Equipe Técnica da Enquete fez uma apresentação de algumas questões previamente selecionadas, para que as pessoas tivessem condições de perceber parte dos resultados da enquête. Aqui não serão feitas referências aos dados, pois o trabalho estava em fase inicial de desenvolvimento. Todavia, a enquête indicou que, comparativamente ao período da primeira fase da enquête, houve um aumento do endividamento das(os) docentes; após a pandemia, a relação com as(os) discentes tornou-se mais difícil; houve um grande aumento no volume de trabalho, devido as(os) docentes terem assumido parte expressiva do trabalho administrativo. Notou-se, ainda, em relação às(aos) aposentadas(os), que mais de noventa por cento que responderam à enquête eram sindicalizadas(os).

5. Planos de luta e Encaminhamentos.

Enfrentamento aos descontos das(os) aposentadas(os) definida na Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência).

Denunciar as fraudes em relação às(aos) aposentadas(os) do RGPS, exigir que a apuração das denúncias ocorra de forma transparente para a população, com as devidas reparações de prejuízos e responsabilização das(os) culpadas(os).

Enfrentamento ao projeto de criação dos Planos de saúde popular e defesa intransigente do SUS.

Definir estratégias e uma campanha nacional de sindicalização que envolva todos os GTs.

Estratégias de mobilização da base para participar das atividades sindicais.

Estratégias de recepção de novas(os) professoras(es), com ficha de filiação e material sobre FUNPRESP. (Dialogar com as pró-reitoras nesse sentido).

Defesa da universidade, do ensino e de espaços de trabalho que sejam laicos.

Elaboração e divulgação de vídeos, cartilhas, materiais didáticos de instrumentalização das direções e da categoria em geral, sobre aposentadoria, FUNPRESP e fundos de pensão.

Publicizar o Link do drive com todo o material.

Republicar a cartilha “Financeirização dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) nos estados: tendência enunciadas na estruturação do sistema e na legislação”.

5.1-Recomendações para a nova diretoria:

Continuidade aos debates sobre os fundos de pensão e Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Planejar a aplicação da enquete sobre saúde docente de forma periódica para acompanhamento das modificações do quadro.

Reeditar a experiência do “Alô Previdência” em que as(os) sindicalizadas(os) poderiam esclarecer suas dúvidas com a AJN.

Retomar as questões sobre a conceituação de saúde do(a) trabalhador(a).

Enfatizar a pauta sobre contrarreforma psiquiátrica.

Brasília (DF), 4 de maio de 2025.

Diretoria do ANDES - Sindicato Nacional